

O PAPEL DAS PREPOSIÇÕES COMPLEXAS NA PROGRESSÃO TEXTUAL

Carla Barbosa de Farias Santos (FFP-UERJ)

prof.carlafarias@gmail.com.br

Marcos Luiz Wiedemer (FFP-UERJ)

mlwiedemer@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), que compõem o esquema [preposição_(em) + substantivo + preposição_(de) X_(SN)]. Nossa hipótese de análise é de que essas preposições complexas operam na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto. Para tal finalidade, lançamos mão do arcabouço teórico da Linguística Textual, mais especificamente, sobre a foricidade. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>). Os resultados evidenciam que as microconstruções analisadas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação, promovendo a progressão textual e o desenvolvimento da argumentação.

Palavras-chave:

Foricidade. Coesão textual. Preposições complexas.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the phoric role of microconstructions (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), which make up the scheme [preposition_(em) + noun + preposition_(de) X_(SN)]. Our analysis hypothesis is that these complex prepositions operate in the structuring and progression of discourse, acting as textual connectors that establish logical relationships between different parts of the text. To this, we used the theoretical framework of textual linguistics, more specifically, foricity. The methodology used is qualitative, based on data extracted from the *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>). The results show that the microconstructions analyzed take up and connect previously mentioned elements or detail new information, promoting textual progression and the development of argumentation.

Keywords:

Foricity. Complex prepositions. Textual cohesion.

1. Introdução

As preposições complexas embora muito comum em português (Cf. WIEDEMER; PAIVA, 2020; COSTA, 2018), seu estatuto gramatical é debate em relação à forma e ao seu significado (Cf. LEITÃO; SOUZA;

KEWITZ, 2018). Em geral, as gramáticas descritivas assinalam a existência de um *continuum* que varia de unidades livres a unidades fixas, bem como reconhecem a existência de preposições complexas (CASTILHO, 2010; NEVES, 2011). Além disso, essa ideia de um *continuum* tem recebido validação empírica em estudos baseados no uso (WIEDEMER; PAIVA, 2020; WIEDEMER; COSTA, 2019; WIEDEMER; COSTA, 2021, entre outros).

Em relação ao significado, a maioria das preposições complexas, comumente, é vista a partir da localização espacial/eixos espaciais (TYLER; EVANS, 2003; LEHMANN, 2016; CASTILHO, 2010), em que denotam uma relação de um objeto e uma entidade localizada (WIEDEMER, 2014). Embora esse modelo possa prever diferentes facetas semânticas das preposições complexas, não apresenta uma sustentação explicativa para significados fora deste escopo, conforme estudos desenvolvidos por Costa (2018) que mostra que as preposições complexas desempenham a função de advérbios preposicionais; por Paiva (2016), de relatores circunstanciais; por Leite & Wiedemer (2021) e Monteiro (2024), do uso como encapsulamento promovido por preposições complexas, bem como as pesquisas desenvolvidas por Silva (2024) que indica o uso em construções de concernência.

Além disso, Santos (2023), atesta que o esquema [preposição_(em) + substantivo + preposição_(de) X_(SN)] instancia noções de conformidade, causa/consequência, contraposição e condição. A autora também indica que essas preposições complexas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Sobre isso, retomamos a pesquisa desenvolvida por Santos (2023) e aqui analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*). Desse modo, tratamos mais especificamente sobre a questão da retomada dos referentes, conforme podemos observar no enunciado (01), a seguir, em que é perceptível que a construção aqui analisada colabora no processo de progressão textual, conforme o exemplo:

(01) “Essa é uma particularidade das favelas da capital portenha: os moradores muitas vezes se organizam em cooperativas para prestar os serviços que em teoria são função do Estado, praticamente ausente nessas regiões. **No caso da Villa 31**, além dos refeitórios, a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos ‘vecinos’”. (Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/como-a-crise-na-argentina-mudou-a-vida-na-favela-mais-antiga-de-buenos-aires.ghtml>)

Em (01), a construção “no caso de” inicia um novo segmento e, ao mesmo tempo, exemplifica o tipo de favela “Villa 31”, além de retomar o referente “favelas” e o tópico já introduzido anteriormente no texto: a discussão sobre a organização comunitária em favelas da capital portenha, ou seja, Buenos Aires. O pronome “essa”, no início do trecho, se refere a uma característica previamente mencionada sobre as favelas. Ao utilizar “no caso da Villa 31”, o enunciador especifica um exemplo dentro desse universo mais amplo, particularizando a discussão e focando na Villa 31 como um caso representativo ou exemplar. Assim, a preposição complexa atua juntamente como SN e orienta na compreensão dos referentes dentro do enunciado, colaborando na coerência e progressão textual, pois na retomada do termo anterior, uma nova informação é apresentada “a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos “vecinos”, promovendo assim, uma conexão direta com a informação previamente apresentada. A expressão não apenas retoma o tema das favelas, mas direciona o foco da interpretação para essa favela em particular. Isso cria uma expectativa de que informações adicionais ou detalhadas sobre a Villa 31 seguirão.

Em termos metodológicos, esta pesquisa é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do Corpus do Português (<https://www.corpus-doportugues.org/>).

2. Foricidade e progressão textual

A foricidade ou a anáfora é um mecanismo linguístico de coesão que contribui para a manutenção dos sentidos e expansão temática textual. Pode ser considerada uma estratégia de remissão de termos anteriores ou subsequentes, estabelecidos dentro do texto (referenciação endofórica) e fora do texto (referenciação exofórica), esta última quando a retomada provém de inferências promovidas pelo contexto discursivo e pela ativação cognitiva do conhecimento prévio do leitor (KOCH, 1994). Nesse sentido, Ferreira e Rebello (2011, p. 13) ponderam que a anáfora ocorre “quando a interpretação de uma expressão depende de outra presente no contexto verbal (o antecedente)”.

De acordo com Ferreira e Rebello (2011), a anáfora é um recurso coesivo que busca promover a unidade temática dos textos, num processo de retomada dos referentes. Além do processo de coesão referencial, as autoras propõem que a anáfora é um mecanismo de organização de ideias. Assim, para as autoras, a anáfora também pode ser tratada como um fenômeno de memória operativa ou de trabalho do leitor/interlocutor do

discurso. Essa estratégia é utilizada quando o leitor encontra o referente por meio de inferências e ideias implícitas no contexto discursivo.

Sobre isso, Krüger (2003) afirma que o conceito de anáfora sofre um alargamento, na medida em que as ligações estabelecidas entre os elementos textuais acontecem com base em processos mais complexos e se desenvolvem no ato comunicativo e em operações sociocognitivas. Dessa maneira, o processo de retomada das anáforas é constituído no texto ou na memória discursiva que o interlocutor tem do referente. A autora preceitua o seguinte entendimento:

Apesar de toda expressão anafórica sofrer forte condicionamento por parte do antecedente ou da sentença em que está inserida, os leitores/falantes são capazes de reconhecer o funcionamento de uma cadeia anafórica que abrange ligações não explícitas. (KRÜGER, 2003, p. 49)

Nesse íterim, Figueiredo (2000) reitera que a definição de anáfora, seja ela textual ou de memória (cognitiva) implica a necessidade de se encontrar no texto ou na memória discursiva a entidade pertinente para a sua interpretação.

Cabe ressaltar que o processo de retomada dos referentes estabelece a continuidade temática no texto. Além disso, a ligação entre a informação nova e a informação dada promove a coerência e coesão textual. Por exemplo, quando um texto introduz um tema e, em seguida, utiliza as micro-construções “no caso de” ou “a respeito de”, ele não só retoma o referente, mas também direciona o foco do leitor para uma informação específica, criando uma expectativa de detalhes ou particularidades sobre aquele ponto. A foricidade contribui para organizar o fluxo de informações. Assim, a retomada dos referentes, associada ao uso adequado da foricidade, não só estabelece a continuidade temática como também colabora na coesão e na coerência textuais. Vejamos um exemplo:

(02) “Estamos abertos (ao diálogo), mas do ponto de vista do TCE vejo como desnecessário esse debate. De 2014 a 2018, (o TCE) já repassou R\$190 milhões e a nossa disposição atual é de continuar efetuando os repasses, até fazendo intervalos menores do que repassar apenas no final do ano. Até já sinalizei essa disposição (de fazer os repasses em intervalos menores) para o governador. Mas em função dessa discussão se criou uma situação de insegurança. Precisamos ver como ficará nosso orçamento para programar os repasses. Muitas vezes me parece que há uma crítica por haver sobras orçamentárias”.

Em (02), temos o lexema “discussão” retomando de maneira coesiva o item “debate”, num processo de *referenciação endofórica*, pois retoma uma ideia previamente mencionada, no caso, o debate sobre os

repasses realizados pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). A micro-construção "em função dessa discussão" conecta a situação atual (insegurança em relação ao orçamento) à discussão que ocorreu anteriormente. Essa expressão não só faz a retomada do tópico principal do trecho (o debate sobre os repasses) como também estabelece uma relação causal entre essa discussão e a insegurança mencionada (Cf. SANTOS, 2023). Já em (03), o referente está fora do texto, em que temos uma *referência exofórica*.

(03) “**No caso do PIS**, para quem é correntista da Caixa, o pagamento foi feito 2 dias antes do restante dos outros trabalhadores”. (Fonte: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/06/27/mais-de-16-mil-trabalhadores-ainda-nao-sacaram-o-abono-salarial-pispasep-2018-2019-em-sergipe.ghtml>)

Em (03), os lexemas “Caixa” e “PIS” indicam ao leitor que o foco da discussão está sendo restringido a um aspecto específico, neste caso, o PIS (Programa de Integração Social) da Caixa Econômica Federal. As expressões direcionam a atenção do leitor para uma informação de conhecimento externo ou de conhecimento de mundo, além de indicar uma situação particular dentro de um contexto possivelmente mais amplo. Assim, o uso de “PIS” pressupõe que o destinatário do enunciado tenha familiaridade com o termo. Isso cria uma dependência de um conhecimento externo ao texto para que a comunicação seja eficaz. Além disso, o termo “PIS” se insere em um contexto sociocultural específico, onde as pessoas conhecem os benefícios sociais relacionados ao trabalho. A referência exofórica, portanto, conecta o enunciado ao mundo real, onde o PIS é uma realidade concreta para muitos trabalhadores brasileiros.

2.1. Tipos de anáforas

Krüger (2003) esclarece que as anáforas são reconhecidas como um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial, sendo capazes de “ativar um novo referente cuja interpretação está dependente de outras expressões referenciais presentes no texto” (FERREIRA; REBELLO, 2011, p. 12). Nesse caso, temos a definição de anáfora indireta ou não-correferencial. Sobre o assunto, Silva e Ferreira (2008, p. 130) apresentam a classificação para essas duas subclasses:

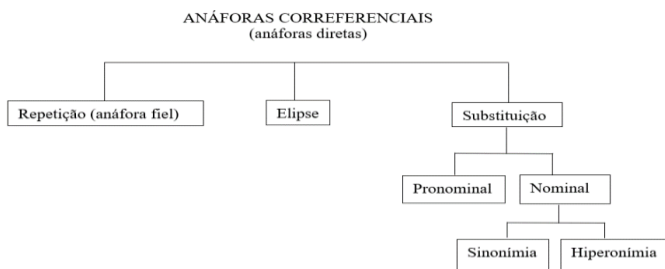
As anáforas diretas caracterizam-se pelo facto de o nome em posição anafórica e o nome em posição antecedente serem co-referentes, ao passo que, nas anáforas indiretas, há uma relação de não-co-referência, estabelecendo-

se uma ligação entre o antecedente e a expressão anafórica com base numa relação de implicação. (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 130)

2.1.1. *Anáfora Correferencial*

A anáfora correferencial, também conhecida como anáfora direta, consiste na retomada coespecífica do referente no texto. Marques (2009) apresenta o seguinte esquema ilustrativo:

Figura 1: Tipologia das anáforas correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A figura (1) representa a classificação das anáforas em três classes: anáfora por repetição ou anáfora fiel, anáfora por elipse e anáfora por substituição. A anáfora por substituição está subdividida em duas categorias: pronominais e nominais. Esta também se ramifica em anáforas por sinonímia e anáforas por hiperonímia.

A seguir, analisamos um exemplo de *anáfora por repetição*:

(04) “Valores não utilizados pelos fundos FCO, FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) no ano em curso seriam direcionados para que os Estados apliquem, como finalidade específica, na implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura nos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. “**No caso da Região Centro-Oeste**, o setor produtivo tem acesso aos recursos do FCO desde 2007. O importante é mantê-lo com o setor privado dos Estados. Nossa preocupação é perder até 30% deste recurso, que correm o risco de ficar parados no fundo porque, hoje, os Estados não têm capacidade de investimento”, alertou Longen”. (Fonte: <https://fecomercio-ms.com.br/fecomercio-ms-alerta-para-riscos-de-corte-nos-servicos-do-sistema-s/>)

No exemplo (04), o núcleo nominal Centro-Oeste é reiterado no segmento seguinte com o objetivo de exemplificar e focalizar a região. No

processo de retomada dos referentes, a mesma expressão se mantém, trazendo pouco conteúdo novo ao texto. A preposição complexa “no caso de” contribui para o contexto semântico de retomada informacional.

Já em (05), temos um exemplo de *anáfora correferencial por elipse*, processo de retoma por meio do apagamento do termo anafórico.

05) “O outro ponto importante é desenvolver ainda mais o futebol feminino no País. Atualmente, existem duas divisões nacionais. Na Série A-1 são 16 equipes e o torneio, que foi paralisado em razão do Mundial, está na 9ª rodada. O Corinthians lidera, seguido pelo Santos. Além dos dois rivais, outros exemplos de grandes times que estão na elite são Internacional, Flamengo, Vitória e Sport. Já na Série A-2, a segunda divisão, são 36 clubes e a competição está nas quartas de final. Sobem quatro equipes para a elite. Os jogos são: Ceará x Cruzeiro, América-MG x Grêmio, Chapecoense x Palmeiras e Taubaté x São Paulo. A disputa será retomada a partir de 12 de julho”. (Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2019/06/30/apos-mundial-feminino-caminho-esta-aberto-para-o-talento-das-jogadoras-do-brasil-382054.php>)

Em (05), a vírgula após a expressão “lidera” retoma anaforicamente o núcleo nominal “torneio” de maneira elíptica. Esse processo tem o objetivo de evitar a repetição vocabular e apesar da supressão do termo, podemos considerar, mesmo que implicitamente, a seguinte seqüência: “O Corinthians lidera o torneio seguido pelo Santos”.

2.1.2. Anáfora Não Correferencial

A anáfora não correferencial, também classificada como anáfora indireta, introduz uma entidade ainda não mencionada no texto, mas cuja especificidade depende da entidade denotada pelo antecedente. Diferentemente da anáfora correferencial, que retoma um referente anterior de mesmo valor semântico, apresenta uma *temática* e *remática*, ou seja, uma parte da informação antiga (fornecida pelo antecedente) e uma informação nova (constituída pela entidade nova introduzida pelo antecedente), assegurando, dessa forma, a continuidade e a novidade (MARQUES, 2009). Por esse motivo, podemos considerar a anáfora indireta um recurso híbrido, tendo em vista, conforme Silva e Ferreira (2008), a relação de não correferência, estabelecida pela ligação entre o antecedente e a expressão anafórica que tem por base uma implicação.

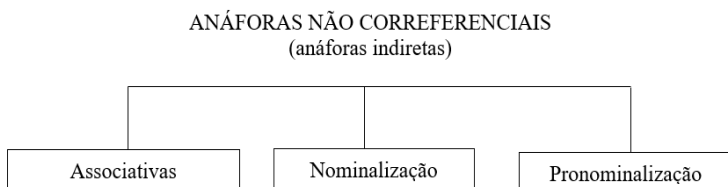
Para Marques (2009, p. 46), existem três propriedades essenciais na definição das anáforas não correferenciais. Vejamos:

- (i) o termo anafórico e o antecedente não possuem a mesma referência virtual;
- (ii) as anáforas indiretas introduzem um referente novo;
- (iii) o

processo anafórico estabelece-se com base numa relação de dependência interpretativa, cuja resolução se baseia num cálculo de natureza inferencial. (MARQUES, 2009, p. 46)

No entanto, é importante salientar, que a definição de anáfora não correferencial não é consensual entre as variadas áreas de estudos linguísticos. Nesse contexto, esta pesquisa se baseia na proposta de Marques (2009) e Ferreira e Rebello (2011), conforme ilustrado na figura (2) que apresenta o modelo esquemático das anáforas não-correferenciais:

Figura 2: Tipologia das anáforas não correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A *anáfora não correferencial associativa* estabelece uma relação de implicação (subentendido) entre os lexemas e uma relação da parte do todo. Sendo assim, de acordo com Ferreira e Rebello (2011), caracteriza-se por aspectos particulares de natureza léxico-semântica e conceitual (baseados em conhecimento de mundo e em inferências). Vejamos o exemplo (06):

(06) “Além da continuação de uma estratégia de ‘eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente - em particular as isenções e benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis’ –, o partido liderado por António Costa quer proceder a uma revisão da fiscalidade sobre os veículos, tendo em vista ‘reforçar a discriminação positiva dos veículos de melhor desempenho ambiental, mantendo a tributação **em função das** emissões de CO2 e conferindo uma clara vantagem fiscal aos veículos elétricos””. (Fonte: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/ps-quer-aumentar-impostos-na-poluicao-e-menor-carga-fiscal-sobre-o-trabalho>)

Neste exemplo ocorre uma anáfora não correferencial associativa, tendo em vista que a expressão “emissões de CO2” está ancorada em “eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente”. Dessa maneira, “em função das emissões de CO2” reativa a expressão destacada, de modo que se relaciona com o antecedente por referência e não por correferência. Nesse sentido, a relação não é de retomada do termo anterior, mas de relação através de elementos semânticos e inferenciais.

Já a *anáfora não correferencial por nominalização* é um fenômeno que contribui para fazer lembrar o ouvinte/leitor o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas, de ligações de partes do texto e resumos de partes do discurso.

(07) “Com os ataques de 11 de setembro de 2001, os ‘neocons’ tiveram o pretexto perfeito para a implementação da sua estratégia de guerra permanente, em substituição ao confronto bipolar da Guerra Fria, voltada para impedir a emergência de um mundo multipolar baseado na cooperação para o desenvolvimento compartilhado, **em lugar da** confrontação bélica favorecida por eles, agenda em pleno vigor”. (Fonte: <https://www.defesanet.com.br/tecnologia/lorenzo-carrasco-sobre-%C2%93trotskistas-de-di-reita%C2%94-e-%C2%93neoconservadores%C2%94/>)

Em (07), o termo nominalizado “confrontação” condensa e resume toda a informação apresentada anteriormente. Podemos afirmar também que a expressão complexa “em lugar de” colabora para a natureza semântica da sumarização e substituição anafórica. Sobre isso, Ferreira e Rebello (2011, p. 18) asseveram que ocorre um “laço predicativo” ou a aparência de uma simples retoma – que é fator de coesão textual – e permite fazer o texto avançar para uma nova direção. Para Marques (2009), alguns autores consideram esse processo como *anáfora encapsuladora*:

Portanto, o termo anafórico opera uma rotulação do segmento anterior do texto, – o antecedente – empacotando-a numa expressão referencial e, simultaneamente, abre a possibilidade de progressão textual, na medida em que indica ao leitor como a extensão de discurso encapsulada por ele deve ser interpretada, fornecendo o esquema de referência dentro do qual o próximo segmento de texto vai ser desenvolvido. Tal facto explica porque é que alguns autores consideram que este tipo de *anáfora* se realiza por rotulação encapsulada. (MARQUES, 2009, p. 51)

Ferreira e Silva (2008) asseveram que o processo de encapsulamento sob um rótulo significa que não se nomeia um termo específico, mas referentes textuais ou abstratos, como nomes genéricos, que são relacionados e inferidos pelo contexto textual. As autoras também afirmam que os nomes em posição anafórica constituem rótulos que descrevem como deve ser tomado o enunciado.

A *anáfora não correferencial por pronominalização* é caracterizada pela presença do pronome pessoal ou demonstrativo ao retomar um sintagma nominal. De acordo com Ferreira e Rebello (2011, p. 18), a utilização do pronome nas *anáforas não correferenciais* é baseado na atribuição de novas categorias aos segmentos do discurso precedente. Vejamos o exemplo (08):

08) “Ou seja, um eclipse observado hoje irá repetir o seu tipo e formato daqui a 18 anos, com um detalhe, ele só não irá ocorrer próximo ao mesmo local, devido o seu ciclo, além dos dias, ter cerca de 8 horas adicionais no dia. No caso de um eclipse solar, isso significa que a região de ocorrência do eclipse solar irá se deslocar a cerca de 120° a oeste, **em razão da terra ter girado** em 8 horas, 1/3 de seu percurso de rotação de um dia”. (Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/eclipse-solar-total-ocorre-nesta-ter%C3%A7a-na-am%C3%A9rica-do-sul-1.348572>)

Em (08) o pronome demonstrativo “isso” apresenta valor sintético e resume toda a informação anterior sobre o eclipse solar. Além disso, funciona como constituinte de fechamento e continuidade, de forma simultânea. No entanto, Ferreira e Rebello (2011), afirmam que ao contrário da anáfora por nominalização, não acrescenta qualquer conteúdo argumentativo, pois o pronome é isento de determinação semântica.

Sendo assim, as anáforas não-correferenciais apresentam uma referência virtual e uma relação de dependência interpretativa constituída através de subentendidos, pressupostos e inferências.

2.2. A retomada de referentes

Nesta seção, analisamos qualitativamente o processo anafórico que as microconstruções “no caso de”, “em consequência de”, “em função de”, “em lugar de” e “em razão de” apresentam na retomada de referentes. Conforme mencionado, as anáforas constituem uma estratégia discursiva de progressão e coesão textual, tendo em vista que no processo de retomada entre os elementos do texto, os significados são estabelecidos.

Dessa forma, o processo de retomada de referentes impulsiona a progressão textual, bem como o desenvolvimento da argumentação. Conforme observamos, as microconstruções aqui analisadas desempenham papel adverbial, ou seja, complementando a informação textual anterior desenvolvida, a partir de diferentes nuances, seja, apresentando uma causa, seja apresentando uma contraposição ou outros papéis.

Conforme a classificação disposta na figura (1), a anáfora por elipse, ou por substituição pode se subdividir em anáforas pronominais e nominais. Vejamos os exemplos a seguir:

(09) “Como são os personagens de vocês e o que eles estão enfrentando? Hunter Schafer: A Jules é nova na cidade, vai começar o desafio do ensino médio e rapidamente encontra uma melhor amiga, a Rue. A Jules tem uma rotina **em função da** sexualidade dela. Ela quer se sentir bem consigo mesma, então desenvolveu uma rotina para isso, por exemplo se relacionar

com homens brancos mais velhos, casados e cisgênero para afirmar a sua feminilidade. Mas esse caminho não é saudável, é tóxico”. (Fonte: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/30/penso-no-que-as-pessoas-da-congregacao-vao-achar-diz-atriz-trans-de-euphoria.htm?cmpid=copiaecola>)

No enunciado em (09), temos os pronomes “dela” e “consigo” se referindo a mesma pessoa: Jules. Observamos que o uso do pronome é uma estratégia discursiva de substituição cujo objetivo é evitar a repetição dos vocábulos e estabelecer a progressão textual. Dessa forma, temos uma *anáfora correferencial por substituição de categoria pronominal*.

(10) “A administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Inalda Conceição, afirmou que a proposta é consensual e surge em função do pedido feito por várias associações do sector produtivo nacional.” (Fonte: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/mais-de-190-empresas-publicas-angolanas-vao-ser-privatizadas-460847>)

(11) “Já seu Valmir sofreu uma parada cardiorrespiratória, precisou ser reanimado pela equipe de socorristas ainda no local antes de ser encaminhado às pressas ao HGR. No começo da madrugada de ontem, 30, a vítima morreu em consequência dos traumas. A Polícia Militar também esteve no local da ocorrência, isolando a área e relatando os fatos que serão entregues na Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT). (Fonte: <https://fo-lhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Dois-morrem-na-Capital-vitimas-de-acidentes/54946>)

No exemplo (10), observamos a *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por sinonímia*. O termo “pedido” foi empregado como sinônimo para retomar a expressão “proposta”. Esse recurso é uma estratégia discursiva de trocar nome por nome, além de evitar a repetição vocabular, mantém o fluxo textual e o valor semântico do referente. O mesmo ocorre em (11), em que o seguimento “em consequência dos traumas” se refere à “parada cardiorrespiratória”. A expressão “traumas” foi utilizada para retomar uma informação já fornecida no texto. Observamos que a própria natureza da construção “em consequência de” colabora com a relação de retomada, uma vez que apresenta o valor de causalidade entre os termos dos enunciados.

(12) “Importante dizer que os gatos costumam se tornar hospedeiros do *Toxoplasma gondii* ao consumirem alimentos contaminados. “Por isso, é importante não dar para eles carne crua”, sugere Lívia. No caso dos bichanos gciados em lugares onde podem caçar roedores ou aves, a profissional sugere o uso de coleira com guizo, dificultando a captura desses animais – que podem ter um cisto do parasita em seu tecido muscular”. (Fonte: <https://www.otempo.com.br/interessa/toxoplasmose-gatos-nao-sao-os-maiores-viloes-1.2202316>)

(13) “De acordo com o Expresso, 70% dos especialistas não estão em dedicação exclusiva. No caso dos médicos hospitalares, a presença intermitente é ainda maior e chega aos 80%. A todos estes profissionais sem exclusividade é permitido trabalhar em simultâneo no privado e trocar as horas extras nas Urgências das suas unidades por outras que pagam mais à tarefa, incluindo no SNS”. (Fonte: <https://zap.aeiou.pt/sns-nunca-tao-medicos-exclusividade-265189>)

No exemplo (12), o termo “bichanos” seguido da construção complexa “no caso de” é hiperônimo do termo “gatos”. Nesse processo, recruta-se o termo “gatos” pertencente a uma categoria mais específica de bichos. A retomada através do termo generalizado é um mecanismo de substituição e além do valor semântico de exemplificação que “no caso de” introduz, também evita a repetição vocabular e promove a progressão textual. Nesse caso, podemos classificar a estratégia de retomada como *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por hiperonímia*. Segundo Marques (2009):

A utilização de hiperônimos é um recurso que contribui para assegurar a coesão textual, verificando-se que o hiperônimo pode substituir o hipônimo em todos os contextos, mas o hipônimo não pode substituir o hiperônimo, uma vez que o hiperônimo tem um sentido mais genérico. (MARQUES, 2009, p. 42)

Em (13) também temos o mesmo funcionamento, uma vez que a exemplificação apresentada pelo termo “médicos” retoma anaforicamente “especialistas” através de uma hiperonímia. Nesse sentido, há uma relação de sentidos entre um termo mais abrangente com um termo mais específico.

Já as anáforas classificadas como *não correferenciais ou infleis*, apresentam um mecanismo de retomada da informação antiga e acréscimo de uma informação ainda não mencionada no texto, ou seja, uma informação nova. Vejamos os exemplos (14) a (18).

(14) “A mudança não vai afetar procedimentos considerados urgentes, como manifestações em processos em que o réu esteja preso, audiências e licitações. No caso da Justiça, a medida se aplica a todas as comarcas, mas o funcionamento dos gabinetes no Tribunal de Justiça fica a cargo dos desembargadores. O TJ é a instância mais alta do Judiciário estadual”. (Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/06/30/horario-de-atendimento-da-justica-e-do-mp-serao-reduzidos-durante-o-mes-de-julho.ghtml>)

Em (14), temos a construção “no caso da Justiça” ancorado de forma associativa em “processos”, por meio de uma implicação estabelecida pelo contexto discursivo e pela natureza semântica e conceitual termo “processos”. Essa relação é baseada através do conhecimento de mundo e

através de inferências, pois o lexema “Justiça” ativa cognitivamente vários outros elementos semânticos, como “processos”, “réus”, “audiências” e “procedimentos”, que servem como apoio para a interpretação do contexto.

(15) “Os governadores afirmaram que o debate sobre a reforma da Previdência é importante para o país, mas que o foco deve ser outro. “Em lugar de medidas contra os mais frágeis, consideramos ser fundamental que setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira”. (Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/14/governadores-nordeste-reforma-da-previdencia-capitalizacao.htm?cmpid=copiaecola>)

Já em (15), temos uma *anáfora não correferencial por nominalização*. A construção “em lugar de medidas” retoma o segmento “debate sobre a reforma da Previdência” através de um laço predicativo, pois além de retomar o termo anterior, apresenta valor semântico de substituição e permite que o texto avance com novas informações. Além disso, o termo nominalizado “medidas” condensa as informações apresentando um valor resumitivo.

(16) “Eis que, em 28 de maio de 2019, este Desembargador Erivan Lopes estava no Plantão Criminal do Tribunal de Justiça, conforme escala previamente definida por sorteio e devidamente publicada no Diário de Justiça, quando recebeu no período do plantão dois pedidos de habeas corpus, um de Luís Nunes Neto e outro de Madson Roger da Silva Lima, havendo deferido liminar em ambos os processos para substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares. Em razão dessas liminares, o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles externou todo seu inconformismo nos autos dos habeas corpus, chegando a pedir reconsideração para este Desembargador, ...”. (Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/302743/fui-vitima-de-umacalunia-diz-desembargador-erivan-lobes>)

(17) “Segundo essa teoria, em momentos de rápido desenvolvimento econômico haveria uma escassez de mão de obra qualificada. Como o mercado de trabalho não encontrava trabalhadores qualificados para preencher esses postos de trabalho, estaria disposto a pagar mais por profissionais qualificados e, em função disso, pessoas com graduação em áreas estratégicas, por exemplo, poderiam ter salários muito altos”. (Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/06/as-razoes-da-desigualdade-de-renda-do-trabalho-sao-politicas-e-nao-educacionais/>)

(18) “Carlos Almeida afirma que é nas urnas que o PSD de Castelo Branco quer ganhar as eleições, não na barra dos tribunais. “Somos um partido moderado. Até ao momento, nunca pedimos a demissão de Luís Correia, apesar de todas as polémicas conhecidas. Mas, em função desta condenação, somos consequentes com os nossos princípios e não podemos permitir que a imagem de Castelo Branco continue a ser manchada”, frisa, sublinhando que “ao contrário do que muitos possam pensar, não estamos

satisfeitos com esta situação”, defendendo que “o PSD quer o melhor para Castelo Branco”. (Fonte: <https://www.reconquista.pt/articles/politica--psd-pede-demissao-de-luis-correia-->)

No trecho em (16), temos o tipo mais comum de anáfora: a *anáfora não correferencial por pronominalização*. A construção focalizada “em razão dessas liminares” com valor semântico de causa, retomando e apontando simultaneamente para o termo “liminares “por meio do pronome “dessas”. Em (17), a construção “em função disso” apresenta o pronome demonstrativo “isso” funcionando como um encapsulador anafórico resumitivo. Além de retomar toda a informação apresentada, resume todo conteúdo informacional através do elemento anafórico. Em seguida, apresenta uma nova informação, como resultado da coisa, estabelecendo uma relação de causa e consequência. Já em (18), um exemplo de anáfora não-correferencial por pronominalização. O pronome demonstrativo “desta” aponta cataforicamente para o elemento subsequente “condenação”. É interessante observar que o segmento “não na barra dos tribunais” também está intrinsecamente relacionado com a construção “em função desta condenação”, uma vez que o enunciado aponta para um discurso político que implica penalidade na justiça.

Observamos, nos exemplos analisados, que a retomada do referente da anáfora não correferencial acontece através de uma relação interpretativa e por meio de inferências, tendo em vista que o antecedente não possui a mesma referência virtual. Nesse sentido, todos os elementos do contexto discursivo contribuem para a implicação e análise dedutiva.

3. *Considerações finais*

As preposições complexas aqui analisadas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Ao analisar sua função fórica, podemos observar como elas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação. As anáforas não-correferenciais ou infíeis, como a associação, a nominalização e a pronominalização, mostram como essas expressões não apenas retomam, mas também agregam novas informações ao texto, expandindo a compreensão do leitor. Já as anáforas correferenciais, como a repetição direta, a elipse e a substituição por pronomes ou termos sinônimos, ilustram como essas

microconstruções são utilizadas para fazer referência a conceitos ou termos anteriores, mantendo a coesão textual e promovendo uma transição entre as ideias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, F. R. G. *Os advérbios preposicionais antes de, diante de, em frente a/de e em face de: gradiência e fixação de padrões construcionais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, L. C. V.; REBELLO, L. S. *Anáfora: mecanismo coesivo de referenciação textual*. Especialização (Gramática e Ensino de Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FIGUEIREDO, O. M. F. G. *A Anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso*. Tese (Doutorado em Linguística Geral e Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2000.

KOCK, I. *A coesão textual*. (Repensando a língua portuguesa). 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KRÜGER, S. L. *Anáforas indiretas e sua ancoragem a antecedentes implícitos*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LEHMANN, C. *Complex prepositions from Latin to Castilian*. Societas Linguistica Europea, 2016.

LEITÃO, M. L.; SOUZA, J. L. KEWITZ, V. Preposições complexas: moldes e modos. In: TENUTA, A.M.; COELHO, S.M. (Orgs): *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 157-180

LEITE, J. G.; WIEDEMER, M. L. Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora de objetos de discurso: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual. In.: ABREU, M.T.T.V.; CORREIA, C.M.C. (Orgs): *Contribuições da semiótica ao ensino de português no mundo*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2021. p. 548-569

MARQUES, I. G. *Anáfora Associativa – propostas de abordagem em contexto escolar*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

MONTEIRO, L. O. M. *Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.

PAIVA, M. P. *Relatores circunstanciais: a gradualidade categorial das preposições acidentais*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – UERJ, 2016.

SANTOS, C. B. F. *Uma abordagem construcionista da gramática para preposições complexas [no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de e em razão de]*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, F.; FERREIRA, I. A. *Anáfora nominal e modificação adjectival*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2008.

SILVA, M. E. O. *Construções de concernência: retomada e especificação na articulação textual*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

TYLER, A.; EVANS, V. *The semantics of English prepositions: Spatial scenes, embodied meaning, and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WIEDEMER, M. L. Para uma visão conceptual das preposições que complementam verbos de movimento no português brasileiro. *Veredas*, v. 18, p. 102-22, 2014.

_____; COSTA, F. R. G. O advérbio preposicional 'antes de' em construções hipotáticas de realce não finitas. *Revista Odisséia*, v. 4, p. 89-110, 2019.

_____; _____. Gradiência contextual e mudança construcional em advérbios preposicionais. *Estudos da língua(gem)*, v. 19, p. 333-360, 2021.

_____; PINTO DE OLIVEIRA, M. P. O estatuto categorial das preposições acidentais/atípicas: a proposição dos -relatores circunstanciais- como classe gramatical. *Confluência*, v. 59, p. 105-105, 2020.